



**inov
sea**

INOVAÇÃO E
COMPETITIVIDADE
NA ECONOMIA
DO MAR

**ECONOMIA DO
MAR - ESTRATÉGIA
PARA AS REGIÕES
COSTEIRAS DO
ALTO MINHO E
BAIXO MONDEGO**

JORNADA COMPETIR

12 abril, Figueira da Foz

RELATÓRIO FINAL

Promovido por:



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL
DE VIANA DO CASTELO



Cofinanciado por:

COMPETE
2020

PORTUGAL
2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

FICHA TÉCNICA

2

Título

Jornada COMPETIR na Economia do Mar – 12 de abril 2022 – Figueira da Foz
Relatório Final

Promotores

AEVC – Associação Empresarial de Viana do Castelo
ACIFF - Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz

Autoria

CH Business Consulting, SA

Equipa

Álvaro Sardinha (autoria) – EconomiaAzul
Lurdes Morais (coordenação), Joana dos Santos, Raquel Ribeiro – CH Business Consulting, SA

Data

Abril 2022

Projeto

INOVSEA - Inovação e competitividade na economia do mar
Projeto nº 46935 / 02/ SIAC/ 2019 - SIAC (Qualificação)

Conteúdo

1. INTRODUÇÃO	5
2. PROGRAMA DO EVENTO	6
3. ENTIDADES PARTICIPANTES	7
4. APRESENTAÇÃO DE ENTIDADES	8
4.1 PROMOTORES PROJETO INOVSEA	8
ACIFF – Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz	8
AEVC – Associação Empresarial de Viana do Castelo	8
4.2 SPEAKER	9
Francisco Jaime Quesado	9
4.3 ORGANIZAÇÕES	9
AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão	9
CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	10
CIM RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	10
CIP – Confederação Empresarial de Portugal, Conselho Estratégico para a Economia do Mar	11
PRR – Estrutura de Missão Recuperar Portugal	12
5. APRESENTAÇÕES DE ORADORES	13
5.1. VÍDEO DO EVENTO	13
5.2. PROMOTORES DO PROJETO INOVSEA	13
Nuno Lopes (ACIFF)	13
Manuel Cunha Júnior (AEVC)	13
5.3 ORADORES CONVIDADOS	14
Jaime Quesado	14
Alexandra Rodrigues (CCDRC)	19
Carla Leal (AD&C)	23
Conceição Carvalho (PRR)	25
5.4 INOVSEA – UM COMPROMISSO COLETIVO	30
Álvaro Sardinha (INOVSEA)	30
5.5 NOTA DE ENCERRAMENTO	34
Jorge Brito (CIM Região Coimbra)	34
5.6 ALMOÇO DEBATE	35
Miguel Marques (em representação da CIP)	35

6. AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	37
Competir na Economia Azul	37
7. ANÁLISE DO EVENTO E CONCLUSÕES	39
8. AVALIAÇÃO DO EVENTO	43
9. FOTOGRAFIAS DO EVENTO	45

1. INTRODUÇÃO

A Jornada COMPETIR na Economia do Mar, a terceira de quatro jornadas previstas no Plano de Ação INOVSEA, realizou-se no passado dia 12 de abril, nas instalações do Hotel Malibu Foz, na Figueira da Foz.

O projeto INOVSEA promove a inovação e a competitividade na economia do mar das regiões costeiras do Alto Minho e Baixo Mondego, visando a valorização sustentável do potencial económico dos recursos do mar de ambas as regiões. A inovação, o conhecimento e as redes de cooperação são as peças centrais do projeto INOVSEA. Neste contexto, é potenciada a interligação das empresas a centros de conhecimento e de ciência, através da definição de um ecossistema de inovação que possa apoiar e agilizar o crescimento da economia do mar.

O evento culminou num enorme sucesso, reunindo dezenas de participantes presencialmente e através de acesso online. Ao longo do dia e num ambiente favorável e informal, foi promovida a partilha de ideias, de conhecimento, de experiências e de visão, mas também de contactos através dos vários momentos de *networking*. Esta jornada incluiu ainda uma ação de capacitação “Competir na Economia Azul”.

O presente documento pretende resumir os factos registados ao longo do dia e partilhar a riqueza de informação, que instituições e personalidades distintas amavelmente ofereceram a toda a comunidade. Para tal reúne o programa do evento e a lista das organizações participantes no painel de oradores, à qual adiciona uma breve apresentação das mesmas.

De seguida, são resumidas as palavras e ideias transmitidas por todos os oradores, pretendendo-se que o valor das mesmas fique registado num documento partilhável e alcance um público-alvo mais alargado.

Os participantes no evento poderão assim rever os conteúdos partilhados; quem não esteve presente tem também a oportunidade de “beber” informação de altíssima qualidade, relevo e atualidade.

Bem hajam todos!

2. PROGRAMA DO EVENTO

TRANSMISSÃO
ONLINE



competir

PROGRAMA

10H00 ABERTURA DA SESSÃO - AEVC/ACIFF
Nuno Lopes, Presidente da ACIFF
Manuel Cunha Junior, Presidente da AEVC

10H15 O CONTRIBUTO DO MAR PARA A COMPETITIVIDADE DAS REGIÕES – O CASO DA REGIÃO CENTRO
» Sophie Patrício, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR)

10H30 ECONOMIA DO MAR – A NECESSIDADE DE UMA AGENDA ESTRATÉGICA
» Jaime Quesado, Economista e Especialista em Inovação e Competitividade

11H30 INTERVALO

11H45 IMPACTO DO PORTUGAL 2020 NA ECONOMIA DO MAR – FACT SHEETS
» Carla Leal, Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C)

12H00 RECUPERAR PORTUGAL COM OS OLHOS NO MAR
» Conceição Carvalho, Estrutura de Missão Recuperar Portugal (PRR)

12H15 INOVSEA – UM COMPROMISSO COLETIVO
» Alvaro Sardinha, Consultor Especialista, Equipa do projeto Inovsea

12H45 NOTA DE ENCERRAMENTO
» Jorge Brito, Secretário Executivo CIM Coimbra

13H15 ALMOÇO DEBATE, CIP CONSELHO ESTRATÉGICO PARA ECONOMIA DO MAR
» Miguel Marques, Conselho Estratégico para a Economia do Mar da CIP

15H00 COMPETIR NA ECONOMIA AZUL
» Ação de capacitação e networking
- Economia azul 3.0
- Crescer com a Economia Azul
- Estratégia e Ação
- Criar o futuro

JORNADAS DE INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

FIGUEIRA DA FOZ

12 - ABR - 22


inovsea.pt



Projeto:



Promotores:





Mídia Partner:





Co-financiado por:





3. ENTIDADES PARTICIPANTES

PROMOTORES

ACIFF – Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz

<https://www.aciff.pt/>

AEVC – Associação Empresarial de Viana do Castelo

<https://aevc.pt/>

SPEAKER

Francisco Jaime Quesado, Economista e Especialista em Inovação e Competitividade

<https://www.linkedin.com/in/jaime-quesado-2837a661/>

ORGANIZAÇÕES CONVIDADAS

AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão

<https://www.adcoesao.pt/>

CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

<https://www.ccdrc.pt/>

CIM RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

<https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/>

CIP – Confederação Empresarial de Portugal, Conselho Estratégico para a Economia do Mar

<https://cip.org.pt/>

PRR – Estrutura de Missão Recuperar Portugal

<https://recuperarportugal.gov.pt/>

PLANO DE AÇÃO INOVSEA

INOVSEA

<https://www.inovsea.pt/>

4. APRESENTAÇÃO DE ENTIDADES

4.1 PROMOTORES PROJETO INOVSEA

ACIFF – Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz

A ACIFF foi fundada em 1835. Tem por objetivos e fins, de acordo com o artigo 3.º dos seus estatutos: “A defesa dos legítimos interesses e direitos de todos os empresários associados, contribuindo para o prestígio e dignificação da sua atividade” e “promover o desenvolvimento do comércio, indústria e serviços, contribuindo de forma harmoniosa e integrada para o desenvolvimento económico e social da sua área de atuação.” O cargo de Presidente da Direção da ACIFF está atualmente atribuído a Nuno Lopes.

AEVC – Associação Empresarial de Viana do Castelo

A AEVC foi fundada em 1852. O pensamento do grupo de comerciantes e empresários fundadores da Associação consistia em aproveitar o porto de Viana do Castelo para expansão dos negócios e exportações dos seus produtos. Os primeiros estatutos da associação definiam os objetivos da mesma: “indagar as necessidades do comércio e indústria da localidade e procurar todos os meios legais para satisfazê-las. Estudar e defender os interesses comuns dos associados e promover o desenvolvimento de tudo quanto possa contribuir para a sua prosperidade.” Atualmente a AEVC tem como objetivos específicos apoiar as empresas associadas; promover e dinamizar programas de apoio às empresas e à atividade económica; fomentar a ligação entre o tecido empresarial, o setor educativo e as entidades públicas; promover a internacionalização das empresas associadas; e atuar como facilitador de informação empresarial. O cargo de Presidente da Direção da ACIFF está atualmente atribuído a Manuel Lima da Cunha Júnior.

4.2 SPEAKER

Francisco Jaime Quesado

Economista e MBA pela Universidade do Porto, especialista em inovação, transformação digital e gestão operacional, com mais de 25 anos de experiência executiva no setor privado (Grupo Amorim, AEP - Associação Empresarial Portuguesa, CEIIA, Clusters Portugueses e Parques Científicos) e o setor público (ESPAP, Empresas Públicas do Sector da Defesa e Segurança, ADI - Agência Portuguesa para a Inovação e POSC - Programa Operacional Português para a Sociedade do Conhecimento). Escritor regular na imprensa portuguesa e internacional e orador em conferências portuguesas e internacionais.

4.3 ORGANIZAÇÕES

AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (AD&C) é um instituto público de regime especial, com jurisdição em todo o território nacional, que tem por missão coordenar a Política de Desenvolvimento Regional e assegurar a coordenação geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

Situando-se na esfera da administração indireta do Estado, integra o Ministério do Planeamento e atua sob a sua superintendência e tutela. A criação da AD&C resulta da fusão de três entidades públicas: o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P. (IFDR), o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P. (IGFSE) e a Estrutura de Missão Observatório do QREN.

À AD&C compete, entre outras, a coordenação técnica do Portugal 2020 (e do Portugal 2030) e prestar apoio no funcionamento da Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria, designada CIC Portugal 2020, órgão que assegura a coordenação política para o conjunto dos FEEI e que integra várias comissões especializadas.

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

De acordo com o Decreto-lei n.º 228/2012 consolidado, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) são serviços periféricos da administração direta do Estado, dotados de autonomia administrativa e financeira. As CCDR correspondem às 5 regiões de Portugal continental e a área geográfica de atuação de cada uma delas corresponde à circunscrição de municípios de cada região.

As CCDR têm por missão assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas sectoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível das respetivas áreas geográficas de atuação. As CCDR têm ainda por missão executar a política de incentivos do Estado à comunicação social, ao nível das respetivas áreas geográficas de atuação, nos termos da lei.

Especificamente, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR), tem por missão executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional ao nível da NUT II Centro.

CIM RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

A Lei n.º 75/2013 estabeleceu o estatuto das entidades intermunicipais de Portugal, as quais correspondem a associações livres de municípios, assumindo duas designações: Comunidade Intermunicipal; e Área Metropolitana. Em termos jurídicos, referem-se à livre associação de municípios, dentro do enquadramento jurídico nacional, mediante a criação de uma entidade local superior, à qual os municípios associados delegam parte das funções ou competências que lhes são conferidas pela lei, com o objetivo de prestar serviços a todos os seus membros.

As entidades intermunicipais gozam de personalidade jurídica própria para o cumprimento dos fins a que se destinam, podendo existir por tempo indeterminado ou por tempo determinado para a realização de tarefas concretas. As áreas geográficas das entidades intermunicipais correspondem às NUTS III.

A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, também designada por CIM Região de Coimbra é a maior comunidade intermunicipal do país, composta por 19 municípios, servindo uma população de cerca de 460 mil habitantes. A área geográfica corresponde à NUTS III da Região de Coimbra. Oferece cerca de 11 mil camas de regime

turístico, distribuídas por 179 estabelecimentos e apresenta no seu território mais de 50 mil empresas, constituindo o maior valor entre as CIM portuguesas.

A CIM RC assume, de forma sustentada, um papel de parceria de primeira linha na discussão com a Administração Central e o Governo da República, dos problemas e das expectativas da Região. Trabalha de forma concertada e construtiva com todos os agentes regionais unindo esforços e concentrando-se em fazer da Região de Coimbra um território com mais espírito empreendedor, mais coesão social, mais qualidade de vida e mais riqueza.

11

CIP – Confederação Empresarial de Portugal, Conselho Estratégico para a Economia do Mar

A Confederação Empresarial de Portugal (CIP) é uma estrutura associativa patronal abrangente, que assume um claro e firme compromisso com o progresso e bem-estar do país. Representa mais de 150 000 empresas, que empregam 1,8 milhões de trabalhadores e são responsáveis por um volume total de negócios que representa 71% do PIB nacional.

Tem como missão a defesa do tecido empresarial nacional, com autonomia e independência, em Portugal e no Mundo, apresentando-se como uma estrutura que acredita numa economia aberta, baseada no conhecimento e na inovação, como motor do crescimento económico e social.

A CIP defende uma economia dinâmica, assente no aumento da produtividade e da competitividade, em que as oportunidades, o crescimento e a prosperidade sejam partilhados por todos, e para a qual todos contribuam. Com assento no Conselho Económico e Social e na Comissão Permanente de Concertação Social, bem como no Comité Económico e Social Europeu, a CIP participa em negociações para a implementação de políticas económicas e sociais, em defesa dos interesses e competitividade das empresas e da promoção da coesão económica.

A estrutura organizacional da CIP inclui vários Conselhos Consultivos, entre o quais se destaca o Conselho Estratégico para a Economia do Mar, presidido atualmente por Manuel Tarré.

PRR – Estrutura de Missão Recuperar Portugal

A Estrutura de Missão Recuperar Portugal foi criada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 46-B/2021 e tem como objetivos negociar, contratualizar e monitorizar a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Faz parte da sua missão garantir todos os passos necessários à execução de reformas e investimentos; realizar a interação e reporte com a Comissão Europeia; informar e fazer a articulação com as entidades que integram os quatro níveis de coordenação do PRR; acompanhar e monitorizar a execução dos investimentos junto dos Beneficiários Diretos e Beneficiários Intermediários; promover a avaliação e divulgação dos resultados do Plano de Recuperação e Resiliência; implementar um Sistema de Gestão e Controlo Interno que previna e detete situações de irregularidade e fraude, bem como a adoção das medidas corretivas necessárias.

5. APRESENTAÇÕES DE ORADORES

5.1. VÍDEO DO EVENTO

O vídeo integral do evento e as apresentações dos oradores poderão ser acedidos na página do projeto INOVSEA, em <https://inovsea.pt/events/detail/16>.

5.2. PROMOTORES DO PROJETO INOVSEA

(vídeo 12:20 – 18:25 | 6 minutos)

Nuno Lopes (ACIFF)

Nuno Lopes é Presidente da Direção da ACIFF – Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz. Apresentou as boas-vindas a todos os presentes e público online. Sublinhou a importância da competitividade positiva para os territórios, identificando o que melhor se faz em cada região e partilhando conhecimento útil. Referiu a importância do setor da construção naval na Figueira da Foz, enaltecendo a presença de representantes do setor. Destacou também a vontade do Município em alcançar o estatuto de referência a nível de economia azul, sendo o projeto INOVSEA uma ferramenta estratégica para alcançar este objetivo.

Manuel Cunha Júnior (AEVC)

Manuel Cunha Júnior é Presidente da Direção da AEVC – Associação Empresarial de Viana do Castelo. Iniciou a Jornada COOPERAR dando igualmente as boas-vindas a todos os presentes e público online. Sublinhou que o projeto INOVSEA é já um sucesso, tendo conseguido unir, de forma sinérgica e profícua duas importantes regiões do país, situação que considera ser única e pouco comum. Esta união potencializa a melhoria de competitividade de ambas as regiões em termos de economia azul, alavancado por um plano de ação muito bem estruturado. Qualificar, inovar e internacionalizar, com apoio das associações empresariais é, claramente, o caminho a seguir.

5.3 ORADORES CONVIDADOS

Jaime Quesado

(vídeo 20:10 – 52:10 | 32 minutos)

Francisco Jaime Quesado é economista e especialista em inovação e competitividade.
<https://www.linkedin.com/in/jaime-quesado-2837a661/>

Jaime Quesado apresentou o tema “Uma Agenda Estratégica para o Mar”. Considera que vivemos, atualmente, num mundo muito complexo, incerto e difícil, relembrando uma afirmação de Peter Drucker, um dos pais da teoria da gestão e da competitividade: “O conhecimento e a informação são os recursos estratégicos para o desenvolvimento de qualquer negócio. Os portadores desses recursos são as pessoas.” Sublinha que um dos fatores críticos de sucesso para o desenvolvimento da economia do mar são precisamente as pessoas, sendo necessário criar uma cultura de participação das mesmas aos mais diferentes níveis, nomeadamente nas escolas, nas empresas e nas organizações de inovação e de competência.

Reconhece que nos últimos dez anos o mundo mudou muito, impulsionado pelo fenómeno da globalização, com enormes impactos em termos económicos e sociais, obrigando os países a reposicionar-se em termos estratégicos a nível internacional. Neste contexto, refere que Portugal beneficia de uma grande mais-valia em termos geoestratégicos, sendo um país com “o mar ao seu lado” e com um forte capital histórico de conhecimento. Em tempos de mudança acentuada e num mundo em transformação, com grandes dinâmicas de mudança, Portugal não pode esperar e deve marcar presença, enfrentando os desafios do mercado da UE e do mercado mundial. Considera que, para um país da dimensão de Portugal, as oportunidades são por definição enormes. Mas aproveitá-las exige perceber o mundo atual e Portugal enfrenta neste aspeto dois grandes desafios.

O primeiro reside na integração europeia, sendo necessário que o país reforce o seu papel na “agenda estratégica do poder para o mar”, tendo em conta que é uma nação marítima, rodeada de mar e com forte tradição nesta área. Adicionalmente, Portugal tem desenvolvido um trabalho notável nos últimos anos em termos de investigação, apresentando hoje uma rede de centros de inovação na área do mar que cobre todo o país, com um capital de competência acumulado que deve ser potenciado. Referiu ainda a existência de um cluster ligado ao mar, associando o ensino, a investigação e as empresas deste setor, o qual tem desenvolvido um trabalho que considera

interessante. Considera ainda que existe atualmente um alinhamento nesta matéria, nomeadamente com a estrutura do novo governo e a composição do Ministério da Economia e do Mar.

O segundo desafio está ligado à economia global, sendo necessário reagendar a ligação de Portugal em dois níveis: por um lado à América, com destaque para o Brasil; e por outro lado com África. Considera que os novos fatores de contexto estratégico incluem cinco aspetos que resume: *rethink*; *resilience*; *return*; *reinvent*; e *next normal*. O “*rethink*” implica o repensar da relação do país com o mar, relembrando o conceito abordado no estudo intitulado “Hypercluster da Economia do Mar”, coordenado pelo professor Hernâni Lopes. Adicionalmente, o impacto da pandemia recente e do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, provocando quebras nas cadeias de valor, e a escassez de matérias-primas, componentes industriais e produtos alimentares, obriga também a repensar os modelos de abastecimento. O mar tem, nesta situação, o potencial de se tornar um novo canal logístico. A resiliência, que passou a fazer parte da vida das pessoas e das empresas perante as adversidades conhecidas, é também um fator crítico para o mar, dado que a própria relação com este meio tem a ver com a resiliência e a capacidade de aproveitar o potencial que lhe está associado. O “*return*” tem a ver com a ideia de regressar ao mar e de forma diferente. A reinvenção e o novo normal são também conceitos que fazem parte da nova agenda e da situação atual.

Abordou de seguida o tema das novas marcas estratégicas da economia: sustentabilidade; qualidade; confiança; inovação; e eficiência; que passaram a fazer parte da estratégia de todas as empresas, independentemente do setor de atividade, incluindo o mar. A sustentabilidade é hoje um fator crítico das agendas europeias e nacionais, evidenciado no “*Green Deal*” (Pacto Ecológico Europeu). O mar, como recurso natural, naturalmente está muito ligado ao conceito de sustentabilidade. Relativamente à qualidade, é fundamental que as empresas voltem a apostar neste aspeto, relembrando o desenvolvimento deste conceito no Japão e que se tornou um requisito necessário para o sucesso das organizações. A economia do mar está também ligada a este conceito, nomeadamente através da qualidade dos recursos; da qualidade da forma como se aproveita o mar; e da qualidade da agenda que lhe está associada. A confiança é uma questão absolutamente crítica, exigindo que as empresas mantenham uma postura consistente com os seus mercados, estabelecendo um contrato de confiança com os seus consumidores e fornecedores. A inovação é um conceito chave, em particular a inovação aberta. As empresas devem desenvolver novas ideias, novos produtos e novos serviços, em colaboração com os seus clientes,

os seus fornecedores e os seus competidores. Este conceito assume particular importância na economia do mar, devendo os seus *stakeholders* apostar numa postura de partilha e de desenvolvimento. Por fim, a eficiência, particularmente nos setores da construção naval e na logística, nomeadamente nos portos marítimos. Estes últimos têm reforçado a sua capacidade competitiva nos últimos anos, sendo de destacar o porto de Leixões, o porto de Lisboa e o porto de Sines, sem descurar outros portos de menor dimensão. A nova ordem geoestratégica que se irá revelar na sequência dos conflitos atuais, poderá apresentar novas oportunidades em redes de fornecimento.

Recuperou um tema com cerca de seis anos, em que identificou ser necessário alterar o paradigma da economia portuguesa, passando esta de áreas de negócio com pouca rentabilidade e com pouca sustentabilidade, conhecidas como áreas dos bens não transacionáveis, para uma economia caracterizada por uma maior aposta nos bens transacionáveis. Considera que, apesar dos resultados alcançados, ainda existe muito para fazer nomeadamente nas exportações, um fator absolutamente crítico para a capacidade competitiva do país. Lembrou que, em 2011, as exportações representavam cerca de 30% da economia; atualmente representam 42%. Porém outros países têm apresentado evoluções superiores, nomeadamente a Polónia que apresenta hoje um peso de 72% das exportações na sua economia e a Hungria que atinge já os 82%. As exportações são críticas para a economia portuguesa dado que não existe um mercado interno suficiente para garantir a sustentabilidade no futuro. Para aumentar a taxa de exportações, será necessário que os setores económicos possam reforçar a sua atividade em novos mercados e consolidar a mesma nos atuais. Considera que o mar tem um papel importante nesta mudança de paradigma.

Abordou de seguida a necessidade de redefinir as competências centrais e reinventar as apostas nacionais, lembrando a visita há cerca de 30 anos de um reputado especialista mundial em competitividade – Michael Porter. Este e a sua equipa elaboraram na altura um importante estudo sobre a economia portuguesa, recomendando a aposta nas competências centrais do país. Entre estas, merecem especial destaque quatro competências centrais, as quais foram consideradas no estudo como o futuro para Portugal: a floresta; as minas; o mar; e o clima, com especial enfoque no turismo e produção de energia. Considera que o mar é o recurso que poderá ter uma perspectiva de desenvolvimento mais interessante, em primeiro lugar porque nos pode tornar mais competitivos e inovadores relativamente à Europa, e porque existe ainda muito caminho a fazer. Considera que existe a necessidade de redesenhar a cadeia de valor do mar, lembrando mais uma vez o conceito

apresentado por Michael Porter. Neste sentido, é importante identificar as atividades económicas associadas à economia do mar que são relevantes e nas quais se deve apostar, referindo o caso de sucesso da Noruega, que apostou no mar como um desígnio nacional, focando-se na inovação e na criação de novos produtos e construindo com este meio uma relação inteligente. Considera, assim, que é fundamental saber desenhar a cadeia de valor do mar para as atividades que lhe estão associadas. Considera também fundamental desenvolver a ideia de inovação aberta na área do mar, sublinhando que, apesar de existirem muitas entidades ligadas à inovação, falta ainda estabelecer uma cultura de inovação aberta como a que existe no cluster do calçado. Efetivamente, neste caso, os fabricantes conseguiram juntar-se e trabalhar em conjunto para benefício de todos, nomeadamente na aquisição de matérias-primas; na partilha de boas práticas industriais; e com uma abordagem integrada aos mercados.

Apresentou de seguida quatro agendas para o futuro do mar: (1) investimento inteligente; (2) redes colaborativas; (3) plataformas estratégicas; e (4) boas práticas, que considera relevantes para reposicionar a cadeia de valor e para criar uma nova agenda estratégica para o mar.

O investimento inteligente está relacionado com o investimento estrangeiro e a visão do futuro. Considera que Portugal não tem tido nos últimos anos grande sucesso na captação de investimento estrangeiro, porque as regras desta captação mudaram muito e as empresas decidem os seus investimentos por questões internas específicas, não influenciáveis pelos territórios, nomeadamente o seu posicionamento estratégico; ligação aos clientes e fornecedores; fiscalidade; entre outras. Neste último tema, referiu o caso da Irlanda, um país com muito sucesso na captação de investimento estrangeiro, por um lado pelo trabalho da sua diáspora nos Estados Unidos e, por outro, devido à aplicação de um choque fiscal, tendo conseguido que as grandes multinacionais americanas se instalassem no seu país, mais especificamente em Dublin, onde existe agora a cidade tradicional e a cidade tecnológica.

Considera que é fundamental que a economia do mar nacional consiga desenvolver uma estratégia inteligente de captação de investimento estrangeiro, focada em dois níveis. Em primeiro lugar, devem ser promovidos os investimentos ligados à inovação e ao desenvolvimento de novos produtos e novas soluções, aproveitando os centros de competência já existentes e criando à sua volta polos de pequenos ecossistemas com start-ups, para atrair multinacionais que possam com o seu know-how ajudar a desenvolver uma economia local do mar. Estes polos devem ter por base um centro

de inovação, start-ups e uma empresa de média a grande dimensão, de preferência estrangeira, que possa trazer inovação, capital e conhecimento, impulsionando os centros que existem. Em segundo lugar, captar o investimento estrangeiro para atividades tradicionais, como a transformação de pescado e outras, apesar da forte concorrência nestes setores. Considera também fundamental o investimento na área da logística, nomeadamente nos portos.

É também fundamental o desenvolvimento de redes colaborativas focadas na criação de valor, com foco e objetivos concretos, apostando na criação de uma cultura voltada para o mercado, em particular nas start-ups e pequenas empresas. Considera que o projeto INOVSEA é um bom exemplo do que deve ser feito, potenciando a criação de pequenas empresas que devem depois escalar a nível internacional. Insiste também que os centros de inovação nacionais se devem ligar formalmente a centros internacionais, criando uma cultura de integração colaborativa europeia, para dar escala às iniciativas.

A criação de plataformas estratégicas, em que o digital se assume como um tema muito importante, deve apoiar os pequenos ecossistemas referidos previamente, para que estes possam desenvolver negócios no mercado global. Mencionou o exemplo da Farfetch, uma plataforma digital líder mundial no mercado de moda de luxo, potenciando o negócio dos operadores de têxteis.

As boas práticas e ações de demonstração, um conceito muito aplicado há cerca de 30 anos, nos tempos do PEDIP, consiste em juntar os protagonistas de um setor (como faz, por exemplo, as Jornadas INOVSEA), e criar uma agenda de demonstração de resultados, de serviços, de produtos, procurando que alguém da audiência possa desenvolver a atividade. Considera que existe desconhecimento por parte do público da existência de vários centros de investigação e start-ups na área da economia do mar, verificando-se uma certa “ignorância azul” em relação ao muito que tem sido feito no sentido da criação de uma cultura voltada para o mar.

Como notas finais, referiu que a fileira do mar tem pela frente um conjunto de desafios e oportunidades que deverão ser abordados de forma estratégica, ou seja, a estratégia é fundamental para o sucesso – é preciso saber onde atuar e de que forma o fazer. Na área do investimento inteligente, área que considera a mais importante, é exigida uma noção muito clara do que fazer, identificando os recursos disponíveis, desenhando a cadeia de valor do mar, e promovendo a aposta em investimentos que possam fazer sentido. Portugal pode não ter a capacidade de instalação de grandes unidades

produtoras de materiais ligados ao mar, mas pode ter pequenas unidades de alta intensidade tecnológica, com projetos de elevada qualidade e valor. É depois fundamental promover a ideia da integração estratégica na Europa e no mundo, para que esta passe a ser realidade, sendo necessário apostar no digital, fazendo com que os projetos entrem nos domínios internacionais. Finalizou referindo a importância das ações de demonstração.

Alexandra Rodrigues (CCDRC)

(vídeo 57:40 – 1:17:10 | 20 minutos)

Alexandra Rodrigues é Diretora de Serviços de Desenvolvimento Regional, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC).

Alexandra Rodrigues iniciou a sua apresentação, focando a mesma no tema “O contributo do mar para a competitividade das regiões – o caso da região Centro”. Referiu que a competitividade assenta muito na estratégia e nas opções que se fazem aos diferentes níveis, nacionais, regionais, locais e intermunicipais. Ao nível regional, preocupação da CCDRC, foi desenvolvida uma estratégia de especialização inteligente (Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro - RIS3 do Centro), base de todos os apoios à inovação e investigação e desenvolvimento. Sublinha que não existe competitividade sem inovação e não existe inovação sem se criarem as condições necessárias do ponto de vista dos ecossistemas. A estratégia de especialização inteligente da CCDRC identificou os desafios a nível europeu e os domínios diferenciadores de Portugal, tentando depois incentivar agendas mobilizadoras que pudessem motivar e fazer a diferença nas questões da inovação e da I&D. Na atual estratégia, os recursos naturais e a bioeconomia é claramente um domínio no qual a Região Centro se diferencia, nas suas diferentes componentes, incluindo a floresta, o agroalimentar e a água. Na anterior estratégia de especialização inteligente (2014-2020), o domínio diferenciador era o mar; na atual estratégia já não é só mar, passando agora a incluir todas as componentes das atividades marítimas e também as componentes associadas.

No passado os candidatos a fundos europeus tinham de mostrar alinhamento com os domínios escolhidos na região; no futuro, além do alinhamento dos projetos, será dada mais importância à lógica colaborativa que se pretende implementar. A nova estratégia RIS3 vai ser utilizada para garantir que existe uma confluência de esforços, em que se

juntam as empresas, a academia, o utilizador e o consumidor. De facto, os projetos só alcançam o sucesso e só chegam ao mercado se houver interesse de todas as partes.

De acordo com a visão regional da estratégia de especialização inteligente atual, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços que promovam a valorização social, ambiental e económica da água e dos seus recursos (sendo aqui especialmente relevantes o mar e os recursos marinhos), através da aplicação de conceitos de bioeconomia e de economia circular. Ambiciona-se ainda inovar nos modelos de gestão da água, através do seu conhecimento, monitorização, modelação e proteção e da procura por formas mais eficientes do seu uso e reutilização, com o objetivo de aumentar a sua resiliência relativamente a fenómenos meteorológicos extremos, decorrentes das alterações climáticas; garantir a sustentabilidade dos seus ecossistemas; e impactar de forma positiva a sua qualidade e quantidade.

Reconheceu que o mar é um setor que tem uma grande expressão na Região Centro, que se estende além de Aveiro, Figueira da Foz, Peniche e Nazaré, apresentando uma faixa costeira que pode ser potenciada com atividades emergentes e com atividades mais maduras. No caso destas últimas, a fileira do pescado nas suas diferentes perspetivas, tem um peso muito significativo e deve ser encarado como tal. Adicionalmente, o setor da aquicultura começa a assumir um peso relevante com um investimento de inovação e I&D muito significativo. De salientar que a Região Centro é a região portuguesa com mais empresas no setor da pesca (quase 26% do total nacional), com particular incidência nos portos de Aveiro e Peniche, e com mais empresas no setor da preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos (quase 39% do total nacional). A Região Centro é também a segunda região portuguesa com mais empresas no setor da aquicultura (quase 13% do total nacional, verificando-se a maior concentração no Algarve).

As atividades maduras enfrentam atualmente um conjunto de desafios onde se incluem as práticas de captura mais sustentáveis; a certificação de processos; a comunicação adequada ao consumidor final; o desenvolvimento e implementação de tecnologias e soluções que diminuam o consumo energético dos processos de captura e transformação; a modernização das cadeias produtivas e criação de novos e inovadores produtos alimentares; e a postura dos empresários avessos à mudança e à introdução de novas práticas.

Do ponto de vista das atividades emergentes, a biotecnologia azul merece um papel de destaque, sendo de mencionar o trabalho desenvolvido no Biocant (Centro de Inovação em Biotecnologia localizado em Cantanhede), com a presença de entidades reconhecidas no sistema regional de investigação e inovação, que possibilitarão a utilização de recursos marinhos em diferentes aplicações (industriais, farmacêuticas, nutricionais, médicas, cosméticas ou mesmo tecnológicas). As energias renováveis marinhas começam a criar dinâmicas que poderão ser um grande impulsionador para a transição verde que se pretende para a região, sendo necessário olhar para estas com carinho do ponto de vista dos apoios. Também no caso dos setores emergentes existem desafios, onde se destacam a escassa cultura de empreendedorismo no setor, sendo essencial criar as condições necessárias para que surjam novas start-ups e empresas que valorizem a investigação produzida e estimular a criação de spin-offs. De salientar ainda a dificuldade de acesso ao mar, que exige avultados investimentos financeiros, para construção e adaptação de plataformas e infraestruturas e para aquisição de equipamentos e tecnologias de apoio – existindo, portanto, uma necessidade crescente de captação de investimento (direto estrangeiro).

Olhando para os números, considera que, apesar do mar ser muito importante do ponto de vista estratégico, apresenta valores quantitativos inferiores ao que seria de esperar. Porém, considera que os números padecem de um problema de estatística, dado que muitos projetos que poderiam ser classificados na economia do mar, são contabilizados em outros setores de atividade. Relativamente aos projetos que se candidataram aos sistemas de incentivos, incluindo os programas CENTRO 2020 e o COMPETE 2020, o mar representa apenas 46 propostas (perto de 1% dos do total dos projetos aprovados; e menos de 1% dos 44 milhões de euros aprovados na globalidade). Considera que estes números são claramente subavaliados, uma vez que a identificação do domínio diferenciador de aplicação dos projetos normalmente pauta-se por aquele que é mais relevante. Refere como exemplo o caso de um projeto de turismo náutico, que pode ser contabilizado no turismo e não no mar; ou o caso de desenvolvimento de novas tecnologias de sensores e de sistemas de observação, que pode também ter sido classificado nas TICE e não no mar. Refere ainda o peso dos fundos europeus PO MAR e FEAMP, que é irrelevante no total da Região Centro, situação que considera natural dada a reduzida expressão a nível nacional destes fundos, face a outros mais importantes.

Tem sido realizado um esforço para tentar perceber como estão a ser aplicados os fundos nos diferentes programas operacionais. Da análise ao Programa Operacional

Mar 2020, aplicado à Região Centro e com dados de 31 de dezembro de 2021, constata-se que foram apoiados projetos com fundos no montante de 74 milhões de euros, com uma despesa de 167 milhões de euros, e com uma taxa de realização na ordem dos 76%. Estes fundos focaram-se em projetos de alguma dimensão, na área da transformação dos produtos da pesca e aquicultura, setor com um peso grande nos fundos aprovados e onde se destacam três grandes projetos (Nazaré – pescado fresco e congelado; Peniche – indústria conserveira; Figueira da Foz – pescado congelado). Em conclusão, sublinha que as oportunidades existem e que é necessário aproveitar as mesmas, numa lógica de trabalho colaborativo, apostando no crescimento sustentável e com valor acrescentado às respetivas cadeias.

Em termos de futuro e olhando para a Região Centro, destacou dois exemplos de oportunidades em desenvolvimento. Em primeiro lugar, a CCDRC está a participar numa candidatura ao Horizonte Europa - a Missão dos Oceanos. As Missões são uma iniciativa da União Europeia para concentrar os esforços nas diferentes áreas. Esta candidatura é liderada pela Universidade de Aveiro, com a colaboração da CCDRC, estando focada nos ecossistemas e na adaptação às alterações climáticas e aos seus efeitos no território, estando prevista a aprovação de apenas dois projetos no montante de 8 milhões cada, o que os torna altamente competitivos. Estes projetos irão procurar ter demonstradores no território daquilo que é possível fazer, em Aveiro e no porto da Figueira da Foz. A participação da CCDRC é fundamental dado que representa uma autoridade no território.

Em segundo lugar, a União Europeia apoia a realização de parcerias, através do programa Horizonte Europa. A Região Centro participa na Sustainable and Blue Economy Partnership, que inclui já 52 parceiros relevantes e 23 países envolvidos, com fundos de cada país e com um montante adicional de cerca de 30% providenciado pela União Europeia. A nível nacional estão envolvidos a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT); o Fundo Azul; o Fundo Regional da Ciência e Tecnologia dos Açores (FRCT); e a Região Centro. Sublinha que só em rede e em consórcios é possível ganhar escala e apostar neste tipo de projetos, no qual o mar não pode ficar ausente.

Finalizou apresentando uma ideia do que vai ser o Acordo de Parceria Portugal 2030, que se encontra atualmente em negociações. Sublinha que o importante será o foco, a forma como está pensada a implementação, que assenta na inovação e na alteração do perfil produtivo e económico, tornando-o mais inovador e com recursos humanos mais qualificados, prevendo verbas para essa capacitação. É assim fundamental criar e apoiar projetos transformadores e diferenciadores e a estratégia RIS3 é o instrumento

que irá ser utilizado para este efeito, juntando a academia, as empresas e os consumidores finais, sendo necessária a colaboração das associações empresariais, das entidades de interface, dos clusters e dos centros tecnológicos. Sublinhou que as empresas não serão atraídas se o foco for o mar em geral; o foco terá de incidir no seu core business. Este é o caminho para que o mar apresente resultados quantitativos, que melhor correspondam ao que é a sua ambição.

Carla Leal (AD&C)

(vídeo 2:03:40 – 2:23:40 | 20 minutos)

Carla Leal é Diretora da Unidade de Avaliação e Monitorização Estratégica da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C).

<https://www.linkedin.com/in/carla-leal-417622223/>

Carla Leal iniciou a sua apresentação abordando a questão da aplicação dos fundos comunitários na economia do mar, fazendo uma análise retrospectiva do Investimento Territorial Integrado Mar (ITI Mar) e do Acordo de Parceria Portugal 2020, identificando onde existem apoios para os setores de atividade além dos tradicionais, como a pesca.

Esclareceu que o ITI Mar é um instrumento de coordenação e articulação entre a aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e as políticas públicas para o mar, designadamente a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM 2013-2020), visando a promoção de resultados na área da economia do mar. O ITI Mar mobiliza os fundos FEDER, FSE, FC e FEAMP, sendo executado por uma comissão coordenada pela Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) e composta pela AD&C e pelas Autoridades de Gestão do PO Mar 2020, PO Temáticos, PO Regionais e PO Espaço Atlântico, dado que o potencial do mar é considerado em praticamente toda a amplitude do Portugal 2020.

Considerando dados de 2020, o financiamento do Portugal 2020 à economia do mar, incluindo as regiões autónomas, sinalizou um montante total de 1 354 milhões de euros em 6 926 operações: 350 milhões atribuídos ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP); 581 milhões ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); 345 milhões ao Fundo de Coesão (FC); e 78 milhões ao Fundo Social Europeu (FSE).

Entre os principais Objetivos Temáticos (OT) das operações aprovadas no âmbito da economia do mar, destacam-se o OT 3 (Reforçar a competitividade das PME), o qual registou o maior número de operações (4104) e fundo (558 M€) aprovados; o OT 1 (Reforçar a I&D e a Inovação), com 483 operações e 195 M€ aprovados; o OT 5 (Adaptação às alterações climáticas e gestão de riscos); o OT 6 (Preservar o ambiente e promover a eficiência energética); e o OT 7 (Promover transportes sustentáveis e principais redes de infraestruturas) com operações de grande dimensão financeira, registando 13 operações e 190 M€ aprovados.

Em termos de distribuição dos apoios pelos vários Programas Operacionais (PO), a liderança é atribuída ao COMPETE 2020 (370 M€), seguido do Mar 2020 (350 M€); PO Açores (180M€); POEUR (155 M€); PO Norte (61 M€); PO Algarve (61M€); POCH (49M€); PO Lisboa (44M€); PO Madeira (38 M€); e PO Centro (28 M€).

Entre os principais sectores económicos ou áreas de investimento do Portugal 2020 na economia do mar, destaca-se o turismo costeiro (alojamento) com 240,9 M€; atividades de I&D&I (190 M€); infraestruturas e obras marítimas (175,5 M€); requalificação do litoral (131,4 M€); pesca e comercialização dos seus produtos (96,3 M€); ensino, formação profissional, estágios e apoio à contratação (89,2 M€); transformação dos produtos da pesca (77,3 M€); aquicultura (63,1 M€); portos, transporte e logística (58,7 M€); recreio, desporto, cultura e marítimo-turísticas (46,9 M€); serviços marítimos incluindo proteção ambiental e alterações climáticas (46,5 M€); outros serviços marítimos (32,6 M€); outras fontes de energia (30,6 M€); construção, manutenção e reparação naval (24,8 M€); e serviços marítimos de governação (20,8 M€).

Está atualmente em curso um trabalho de avaliação do contributo do Portugal 2020 para a Estratégia Nacional para o Mar, que procura identificar (1) em que medida os resultados das intervenções do FEEI na área do Mar (ITI Mar) estão a contribuir para os objetivos definidos na ENM 2013-2020; (2) qual o valor acrescentado da intervenção dos fundos europeus para a concretização dos objetivos da ENM; e (3) em que medida o modelo e os mecanismos de gestão do ITI Mar facilitam o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia.

Em relação ao futuro, o novo Acordo de Parceria Portugal 2030 foi já entregue em Bruxelas e os respetivos programas estão a ser desenvolvidos para discussão com a Comissão Europeia. Para já, identifica que a grande tónica dos apoios futuros estará relacionada com temas como a descarbonização, matérias de ação climática, pelo que

todos os projetos que tragam contributos para estas áreas, merecerão especial atenção. Revelou que irá ser lançado um programa operacional muito focado no setor dos transportes, com investimentos associados à logística, incluindo portos comerciais e ferrovia.

Em conclusão recomendou a participação pública nas fases de consulta dos planos setoriais, os quais antecedem a discussão dos fundos, permitindo uma melhor negociação com a Comissão Europeia, dado que os instrumentos de planeamento suportam os investimentos a realizar e os fundos a atribuir.

Conceição Carvalho (PRR)

(vídeo 02:24:40 – 02:51:25 | 27 minutos)

Conceição Carvalho é Responsável pela Contratação com os beneficiários no âmbito do Programa de Resiliência e Recuperação (PRR), na Estrutura de Missão Recuperar Portugal.

<https://www.linkedin.com/in/concei%C3%A7%C3%A3o-carvalho-66675653/>

Conceição Carvalho iniciou a sua apresentação caracterizando o Programa de Resiliência e Recuperação (PRR), salientando que este é um projeto colaborativo, de todos e para todos, assentando num modelo de governação diferenciador muito bem definido e com coordenação entre os vários órgãos.

O modelo de governação do PRR baseia-se em vários princípios diferenciadores que justificam a sua apresentação. O princípio da “Centralização da gestão e descentralização da execução” atribui prioridade à contratualização dos financiamentos com beneficiários diretamente responsáveis pela execução das reformas e dos investimentos, sem prejuízo da intermediação por beneficiários que assumam essa função; o princípio da “Orientação para resultados” físicos e financeiros baseados em marcos e metas; o princípio da “Transparência e prestação de contas” promove boas práticas de informação pública dos apoios a conceder e concedidos e de avaliação dos resultados obtidos; o princípio da “Participação” promove o envolvimento de todos os órgãos de governação nas várias fases do PRR, desde a fase de conceção à fase de implementação e avaliação, procurando garantir o amplo envolvimento dos parceiros económicos e sociais e das organizações relevantes da sociedade civil; o princípio da “Segregação das funções de gestão e da prevenção de conflitos de interesse” com separação rigorosa de funções de gestão e monitorização,

de pagamento, e de auditoria e controlo; e o princípio da “Simplificação” para diminuição dos níveis de intermediação e de correção de eventuais complexidades desnecessárias.

A Estrutura de Missão Recuperar Portugal é responsável pela gestão dos investimentos previstos no PRR e apresenta uma estrutura enquadrada nas dimensões deste, incluindo unidades distintas para a Resiliência; Transição Climática, Transição Digital, e uma unidade de controlo interno segregado. Estabelece ainda a ligação com a Comissão Europeia nos pedidos de reembolso e com as áreas governativas, assumindo neste caso um papel facilitador e mediador do processo de execução do PRR.

Sublinha que o PRR é, na realidade, uma candidatura que Portugal apresentou à Comissão Europeia na qual elenca um conjunto de reformas e de investimentos, que visam retomar o crescimento económico do país, agrupadas em 3 grandes Dimensões: Resiliência; Transição Climática; e Transição Digital. É um programa independente dos Acordos de Parceria, nomeadamente o Portugal 2020 e o Portugal 2030, apresentando características específicas. O plano do PRR contém 20 Componentes, 36 Reformas e 83 Investimentos, com um envelope financeiro de 16 644 milhões de euros, dos quais 13 924 milhões de euros são atribuídos por subvenções; 2 700 milhões de euros são atribuídos por empréstimo; existindo a possibilidade de se realizar um upgrade de empréstimo no montante de 2 300 milhões de euros até final de 2022.

A Dimensão Resiliência inclui investimentos que procuram dar resposta às realidades sociais, reforçar o potencial produtivo e tornar o país mais coeso. A Dimensão Transição Climática pretende com os investimentos previstos, construir uma sociedade mais ecológica, mais amiga do ambiente, promovendo o melhor aproveitamento dos recursos do país, diminuindo a pegada ecológica através da redução da emissão de gases com efeito de estufa (GEE). A Dimensão Transição Digital assume uma inegável importância e constitui um instrumento essencial para o crescimento económico, promovendo estruturas digitais eficientes, como ficou comprovado pela recente pandemia. Pretende aumentar as competências digitais das pessoas, das empresas e das entidades de forma geral.

O conjunto de investimentos previstos no PRR irá chegar ao território por duas grandes vias: através de «beneficiários diretos» e através de «beneficiários intermediários». Os beneficiários diretos são entidades públicas, responsáveis pela implementação e execução física e financeira de uma reforma e/ou de um investimento inscrito no PRR, e que lhe permite beneficiar de financiamento. Os beneficiários intermediários são

também entidades públicas, responsáveis pela implementação física e financeira de uma reforma e ou de um investimento inscrito no PRR, mas cuja execução é assegurada por entidades terceiras por si selecionadas.

A contratualização é realizada pela Estrutura de Missão com beneficiários diretos, quando os investimentos estão já descritos no PRR, e estão já definidas as ações e quem as vai executar. Logo aqui existe uma grande diferença com o modelo dos Acordos de Parceria Portugal 2020 e Portugal 2030 dado que, no PRR estão já definidos os investimentos a realizar, quais as ações a implementar e quem será responsável pela sua execução. A contratualização pode também ser realizada pela Estrutura de Missão com beneficiários intermediários, situação em que os avisos serão elaborados por estes e validados pela Estrutura de Missão. Caberá aos beneficiários intermediários a avaliação de candidaturas, a aprovação das mesmas e a contratualização com os beneficiários finais, assim como o acompanhamento dos investimentos e a implementação dos projetos. De sublinhar que os beneficiários finais são as entidades responsáveis pela implementação e execução física e financeira de uma reforma e ou de um investimento, beneficiando de um financiamento do PRR diretamente enquanto «beneficiário direto» ou através do apoio de um «beneficiário intermediário».

O PRR inclui investimentos diretos na economia do mar, através de uma Componente específica (C10), com um montante de 252 milhões de euros distribuídos por 4 investimentos: (1) Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul (87 M€); Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas (21 M€); (3) Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval (112 M€); e Desenvolvimento do “Cluster do Mar dos Açores” (32 M€). Dois destes investimentos estão mais ligados às empresas pelo que merecem destaque: o investimento no “Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul” e o investimento na “Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas”.

O investimento no “Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul” promove a criação de uma rede de infraestruturas tecnológicas com o objetivo de potencializar a economia do mar, sendo composta por 9 polos distribuídos pelo território nacional, sendo um deles dedicado à gestão para assegurar o trabalho em rede. Por via deste investimento, serão criadas as seguintes unidades: Polo de Lisboa - Shared Ocean Lab (H1); Polo IPMA - Oeiras (H2); Polo Peniche - Smart Ocean Peniche (H3); Polo Aveiro (H4); Polo Leixões I (H5); Polo Leixões II (H6); Polo Algarve (H7); Blue Hub School (H8); e Hub Azul – Gestão (H9). O beneficiário intermediário deste investimento é o Fundo Azul, tendo já sido realizados avisos convite para entidades específicas identificadas

previamente, encontrando-se as respetivas candidaturas em fase de análise. De sublinhar que este investimento pretende dinamizar não só os setores tradicionais da economia do mar, mas também os setores emergentes, nomeadamente a biotecnologia, fomentando a transferência do conhecimento que existe nas universidades e centros de saber, para as empresas. Para tal estão previstos espaços para incubação de empresas; espaços colaborativos com empresas de várias dimensões e empresas âncora, criando-se um ecossistema de inovação aberto.

O investimento na “Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas”, tem como beneficiários as empresas com atividades ligadas ao setor das pescas e aquicultura. Entre as tipologias de projetos a apoiar incluem-se a digitalização de processos, de atos declarativos e de documentação estatutária a bordo das embarcações; a promoção da eficiência energética, redução de emissões e propulsão elétrica e/ou híbrida; a construção de cascos de embarcações com novos formatos e materiais de baixa fricção ao deslocamento, que permitam reduzir o consumo energético; a segurança e habitabilidade a bordo de embarcações de pesca; e a economia circular no setor das pescas e aquicultura.

O PRR prevê também apoios diretos às empresas através de várias Componentes específicas: Capitalização e inovação empresarial (C5); Qualificações e competências (C6); Descarbonização da indústria (C11); Bioeconomia sustentável (C12); Eficiência energética dos edifícios (C13); Hidrogénio e renováveis (C14); e Redução de custos de contexto (C18 e C19).

Na Componente C5 (Capitalização e inovação empresarial), merecem destaque as Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial e as Agendas Verdes para a Inovação Empresarial, que reuniram consórcios alargados e projetos robustos, com potencial para impactar a economia e alterar o perfil produtivo das empresas. As Agendas Mobilizadoras atraíram 146 manifestações de interesse, alcançando 1 837 copromotores, incluindo empresas (80%); associações empresariais; entidades do sistema de I&D; entidades públicas; e clusters de competitividade. No seu âmbito foram selecionadas 70 candidaturas, distribuídas por vários setores: indústrias e tecnologias de produção (35%); tecnologias transversais e suas aplicações (33%); recursos naturais e ambiente (13%); mobilidade, espaço e logística (12%); e saúde, bem-estar e território (8%). Das candidaturas recebidas, 51 estão abrangidas nas Agendas de Inovação e 19 nas Agendas Verdes, totalizando um investimento de 10 293 milhões de euros.

Na Componente C6 (Qualificações e Competências), destaque para o investimento «Compromisso Emprego Sustentável», com uma dotação de 230 milhões de euros, que procura apoiar a contratação sendo as empresas e as organizações da economia social os beneficiários.

A Componente C11 (Descarbonização da indústria) dispõe de 715 milhões de euros para apoiar 300 projetos e tem atualmente dois avisos abertos. O primeiro tem como beneficiários as empresas do setor da indústria; e as entidades gestoras de zonas industriais cujos investimentos possam impactar a redução de emissões de gases de efeito de estufa, nas empresas do setor da indústria instaladas nas áreas sob sua gestão. Entre as tipologias de projetos a apoiar incluem-se: os processos e tecnologias de baixo carbono na indústria (introdução de novos processos produtos e modelos de negócio inovadores ou a alteração de processos visando a sua descarbonização e digitalização); a adoção de medidas de eficiência energética na indústria (reduzir o consumo de energia e as emissões de gases com efeito de estufa, em paralelo com a adoção de sistemas de monitorização e gestão de consumos que permitam gerir e otimizar os consumos de energia aproveitando o potencial da digitalização e a automação); e a incorporação de energia de fonte renovável e armazenamento de energia (promoção da incorporação de hidrogénio e de outros gases renováveis na indústria). O segundo aviso tem como beneficiários as associações empresariais e os centros tecnológicos (setores industriais com competências técnicas orientadas para a valorização da actividade industrial). Entre as tipologias de projetos a apoiar incluem-se: a capacitação das empresas na área da descarbonização, através de ações de formação dirigidas a empresas, e ciclos de workshops para a descarbonização da indústria; e a elaboração de instrumentos de informação e de apoio, tal como os roteiros setoriais para a neutralidade carbónica, plataformas de partilha de informação e boas práticas, e apoio a participação em redes de empresas para a descarbonização.

A Componente C12 (Bioeconomia sustentável) dispõe de 145 milhões de euros e pretende apoiar 15 novos produtos, tecnologias e processos-piloto que integrem recursos de base biológica (em alternativa à base fóssil), nos setores do têxtil e vestuário; calçado; e produção de resina natural. Pretende também assegurar o desenvolvimento de 8500ha de florestas de pinheiro-bravo com potencial de produção de resina, e promover 253 adesões, com uma duração temporal coincidente com o período crítico de incêndios rurais, de profissionais aderentes ao Programa "Resineiros Vigilantes" ao longo dos 5 anos.

A Componente C13 (Eficiência Energética dos Edifícios) dispõe de 600 milhões de euros para investimento em projetos de eficiência energética em edifícios residenciais; projetos de eficiência energética em edifícios da administração pública central; e projetos de eficiência energética em edifícios de serviços.

A Componente C14 (Hidrogénio e Renováveis) dispõe de 370 milhões de euros para investimento em projetos de hidrogénio e gases renováveis; na potenciação da eletricidade renovável no Arquipélago da Madeira; e na transição energética nos Açores.

A Componente C16 (Empresas 4.0) dispõe de 650 milhões de euros para investimento em projetos de capacitação digital das empresas (Academia Portugal Digital e Emprego + Digital 2025); transição digital das empresas (Rede Nacional de Test Beds; comércio digital; apoio a modelos de negócio para a transição digital; e empreendedorismo); e catalisação da transição digital das empresas (Digital Innovation Hubs; desmaterialização da faturação; selos de certificações de cibersegurança, e privacidade).

As Componentes apresentadas irão promover um investimento direto nas empresas no montante de 4 909 milhões de euros, (podendo atingir os 7 209 M€). Sublinha, no entanto, que no caso dos investimentos do PRR que não têm como beneficiários diretos as empresas, estas irão ser impactadas indiretamente pelos mesmos, sendo chamadas a prestar serviços e fornecer equipamentos para a sua concretização. Referiu ainda que existe complementaridade do PRR com outras fontes de financiamento, nomeadamente o Portugal 2020 e o Portugal 2030, estimando-se que, no total, o nosso país beneficie do montante de 61 200 milhões de euros em subvenções, até final da década.

5.4 INOVSEA – UM COMPROMISSO COLETIVO

Álvaro Sardinha (INOVSEA)

(vídeo 02:52:30 – 03:22:40 | 30 minutos)

Álvaro Sardinha é fundador e CEO da iniciativa EconomiaAzul e consultor especializado em economia azul e economia do mar, colaborando com a CH Business Consulting no desenvolvimento do projeto INOVSEA. <https://www.linkedin.com/in/alvarosardinha/>

Álvaro Sardinha dividiu a sua apresentação em três temas principais: (1) “Oportunidades na economia azul”; (2) Apresentação do plano de ação INOVSEA e o respetivo cronograma de implementação; e (3) “Competir na economia azul”.

No primeiro tema – oportunidades na economia azul, foram caracterizados os diferentes setores da economia do mar, tradicionais e emergentes, sendo reforçada a ideia de que o seu valor deve ser abordado de uma forma holística, explorando os efeitos positivos da aglomeração. Sublinhou que a maior parte das pessoas não sabe o que é a economia do mar e, logo, será difícil competir nesta área sem o conhecimento fundamental para o fazer. Para reforçar este tema, apresentou o exemplo de um navio porta-contentores cuja carga, se colocada em fila, resultaria numa fila de Lisboa a Leiria. Reforçou ainda que a indústria do transporte marítimo é responsável por 90% do transporte de mercadorias a nível global. Adicionou que a indústria de navios de cruzeiros continua a apresentar uma enorme vitalidade, estando atualmente confirmadas encomendas para a construção de 76 novos navios entre 2022 e 2027. Também neste caso existem enormes oportunidades para as empresas portuguesas, que podem fornecer serviços de design de interiores, equipamentos, mobiliário, consumíveis e produtos têxteis, entre muitos outros. Relembrou a realização de uma feira internacional a realizar no final do ano em Londres, especializada em contratação deste tipo de serviços e produtos. Considera assim que a economia do mar é para todos e não apenas para as grandes empresas e para os grandes projetos. Acrescentou ainda os números da indústria de embarcações de recreio, nomeadamente os iates, que tem registado um crescimento acentuado há mais de uma década.

Apresentou a indústria da construção de estruturas flutuantes, que é já uma realidade em alguns países e que promete crescer, dada a crescente deslocação de pessoas para as zonas costeiras e a conseqüente falta de espaço para edificação residencial e de serviços. Em termos de turismo azul, apresentou a conversão em curso na Arábia de plataformas de exploração de petróleo, para autênticos centros de diversão com hotelaria associada; e o crescimento da construção de navios residência, verdadeiras cidades flutuantes. Acrescentou ainda as oportunidades na área da energia marítima renovável, na construção de submarinos para turismo; na bioeconomia e na biodescoberta; na fabricação aditiva de embarcações; nos navios autónomos e verdes; nos navios pesquisa; nos cabos submarinos; e na produção de alimentos sem animais. Por fim, apresentou as projeções do investimento que irá ser realizado na produção de energia eólica offshore. Considera que na economia azul existem oportunidades em “tamanho S, M, L e XL” – oportunidades para todos, independentemente da

capacidade financeira ou de apoios ao investimento. Para suportar esta ideia, referiu o projeto de criação de um parque eólico offshore ao largo de Viana de Castelo que pode ultrapassar a instalação de 50 aerogeradores, e que não solicitou qualquer subsídio nacional.

No segundo tema, salientou que o plano de ação INOVSEA é constituído por três partes: o sistema operativo azul; a análise prospetiva por fileira; e as 16 medidas de ação transversais e por fileira. Referiu que o projeto é aberto e que, apesar de ter sido desenvolvido para desenvolver a economia do mar nas regiões do Alto Minho e do Baixo Mondego, o mesmo pode ser implementado em qualquer outra região. Sublinhou que este plano de ação tem alma, identidade e cultura, que se evidenciam através da sua visão (porquê) – um oceano saudável e próspero: um só oceano que nos liga a todos; sustentabilidade em cada medida de ação; e ninguém é excluído. Está também definida a missão (como) – aproximar pessoas e oceano: através da sustentabilidade, conhecimento, desporto, cultura, profissões, indústria. Sublinhou que o projeto é aberto e que, apesar de ter sido desenvolvido com para desenvolver a economia do mar nas regiões do Alto Minho e do Baixo Mondego, o mesmo pode ser implementado em qualquer outra região.

Foi de seguida apresentado o cronograma de implementação das 16 medidas transversais, a começar pela realização da Jornada INOVAR, da Jornada COOPERAR e da presente Jornada COMPETIR – enquadradas no domínio da capacitação de empresários, que inclui ainda mais uma jornada ligadas aos temas da exportação, a realizar em breve. Recomendou a leitura dos relatórios já publicados, com o resumo dos conteúdos e ideias partilhadas na Jornada INOVAR e na Jornada COOPERAR. Foram de seguida apresentadas as restantes 15 medidas, incluindo a implementação do Centro de Inteligência Azul; a publicação do plano de comunicação estratégica; a realização de Dias Azuis; a realização de iniciativas de âmbito cultural incluindo desporto; as ações relacionadas com a burocracia e modernização; a realização da 1ª Feira de Carreiras e Negócios em Economia Azul; os eventos de ignição de ideias; as iniciativas de empreendedorismo qualificado; o lançamento do observatório do mar; o lançamento do atlas regional do mar; a participação empresarial em eventos nacionais e internacionais; a organização de visitas e estabelecimento de parcerias; a realização do 1º Encontro Nacional de Estudantes da Economia Azul; o lançamento da Escola do Oceano; e o lançamento de programas de ensino politécnico azul.

No terceiro tema – competir na economia azul, referiu a importância da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030, as perspetivas de financiamento abundante, e até

mesmo uma ambição renovada por parte da governação recentemente remodelada, sentindo-se “um alinhamento dos astros” no que respeita à economia azul. Salientou a análise SWOT incluída na ENM 2021-2030, a qual identifica claramente as potencialidades e as vulnerabilidades (envolvente interna); e as oportunidades e ameaças (envolvente externa) que se devem considerar na perspetiva do desenvolvimento da economia do mar nacional.

O projeto INOVSEA reconhece a importância da inovação para o desenvolvimento da economia, formulando inclusive a equação para a sua concretização. Nesta, a variável principal são as pessoas, estabelecendo que sem elas não existe inovação e, logo, será difícil competir nos mercados globais. Estabelece ainda que o potencial pleno das pessoas será libertado, amplificando o seu talento com conhecimento, colaboração e com carinho, este último resultando de quatro fatores: liderança, recursos, comunicação e confiança. Reforçou ainda a definição de liderança eficaz como ação e não posição; como a qualidade e vontade de desenvolver pessoas e ideias, de servir e de ajudar, de fazer parte, de crescer no sucesso de outros. Também a importância da comunicação foi realçada: o que não se comunica não existe; valor não comunicado é valor perdido; comunicar é governar, inspirar e motivar; sem comunicação não existe ação. Considera que a economia do mar é ainda um segredo em Portugal, sendo necessário comunicar, informar e inspirar as pessoas.

Considera também que precisamos de um modelo de desenvolvimento na economia do mar que seja inclusivo e que incorpore os vetores do direito e da economia, de forma conjugada e como faces da mesma moeda. O investimento deve ser apoiado pela legislação e a burocracia deve ser identificada e combatida. Apresentou ainda a teoria dos impulsionadores de desenvolvimento apoiada em 7 capitais: (1) capital produzido – infraestruturas, equipamentos, habitação; (2) capital humano – força de trabalho (competências, saúde, experiência); (3) capital intangível – conhecimento, inovação, ideias, patentes; (4) capital financeiro – recursos de apoio ao financiamento das empresas; (5) capital social – força das comunidades, normas sociais, confiança mútua; (6) capital institucional – lei, liderança, competência, capacidade; e (7) o capital natural – florestas, rios, mares, oceano, solo, ar, água, etc. Sublinhou a importância de cuidar de todos eles beneficiando do efeito de aglomeração, captando e retendo talento, e atraindo capital e investimento.

Para colocar o modelo de desenvolvimento em ação é fundamental uma abordagem das questões/problemas na sua origem e não pelos seus sintomas, concretizando em cada dia passos na direção dos objetivos estabelecidos. É também fundamental possuir

visão e conhecimento 360 graus, que permitam ter uma maior perceção da realidade e do futuro que pode ser criado. E, não menos importante, é imprescindível garantir que as instituições são também eficazes, ou seja, que se caracterizam pela existência de confiança, de regras claras, e pela verificação, observação e fiscalização eficaz, promovendo a construção de capital social: confiança nos outros e confiança nas instituições governamentais e nos mercados, que permitem que as pessoas se envolvam umas com as outras para obter vantagens mútuas.

A apresentação foi concluída reiterando o convite para participação na ação de capacitação “Competir na Economia Azul”, a realizar durante a tarde da Jornada COMPETIR, sendo apresentado um resumo do programa e temas a desenvolver, sublinhando que o conhecimento sobre economia azul é fundamental para a competitividade dos seus setores.

5.5 NOTA DE ENCERRAMENTO

Jorge Brito (CIM Região Coimbra)

(vídeo 03:35:00 – 03:44:20 | 10 minutos)

Jorge Brito é Secretário Executivo Intermunicipal da CIM Região de Coimbra (CIM RC).
<https://www.linkedin.com/in/jorge-brito-56574715/>

Jorge Brito apresentou a abordagem dos territórios perante as estratégias apresentadas previamente, e relacionadas com a economia do mar e os planos de apoio ao investimento. Sublinhou que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra é a maior do país, incluindo 19 municípios, tendo a responsabilidade de desenhar um quadro de respostas de política pública a um território heterogéneo, no qual a economia do mar assume prioridade, mas que inclui também desafios em cenários de montanha, áreas de baixa densidade, entre outros.

Referiu que na definição da visão estratégica para a Região de Coimbra, para o novo ciclo de financiamento, o domínio da economia do mar foi considerado como prioritário, tendo sido estabelecido como objetivo para a região, o reforço do potencial económico estratégico da economia do mar, assegurando a sustentabilidade

ambiental e dos recursos marinhos. Sublinhou que a estratégia referida¹ foi desenvolvida com a assessoria do Instituto Pedro Nunes (IPN), que sensibilizou a organização para a importância da economia do mar e outros domínios, como o espaço e as tecnologias envolvidas, e a sua importância para as empresas. O compromisso com a economia azul é, assim, um imperativo da agenda da CIM RC.

Salientou a necessidade de terem, tal como em outros setores, a capacidade de contratualização de projetos no domínio do mar, o que permitiria um melhor planeamento e antecipação, evitando esperar pelo lançamento de avisos e permitindo negociar situações específicas apresentadas por parceiros de ação local. Adicionalmente, esta capacidade de contratualização iria contribuir para a aumentar a medição e avaliação de impactos das medidas no território, corrigindo eventuais constrangimentos e incerteza que os empresários vivem.

Considera que, para concretizar o potencial da economia do mar na região, deverão ser promovidas as fileiras da pesca; aquicultura e indústria do pescado; transportes marítimos; portos e logística; construção, manutenção e reparação naval; e o turismo e lazer ligado ao mar. Entre estas, o investimento no porto da Figueira da Foz assume importância capital.

Em conclusão, salientou a necessidade de acelerar o processo de transferência de conhecimento, sendo urgente e premente dar capacidade de resposta aos empresários e empreendedores. Considera o projeto INOVSEA e o respetivo Plano de Ação extremamente relevante, pelo que irão analisar de que forma será possível identificar oportunidades e integrar o seu valor na estratégia da região.

5.6 ALMOÇO DEBATE

Miguel Marques (em representação da CIP)

Miguel Marques é consultor de economia azul.

<https://www.linkedin.com/in/miguel-marques-2b20b33a/>

¹ Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra 2021-2027, https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/wp-content/uploads/2021/05/CIMRC_EIDT2021-2027_VFinal_abril2021.pdf

Miguel Marques participou na Jornada COMPETIR em representação de Manuel Tarré, Presidente do Conselho Estratégico para a Economia do Mar, da Confederação Empresarial de Portugal (CIP).

No final do período de almoço e em ambiente informal no espaço do restaurante, Miguel Marques apresentou brevemente a missão do Conselho Estratégico para a Economia do Mar da CIP, um dos seus Conselhos Consultivos, justificando a ausência do seu Presidente Manuel Tarré, devido a deslocação ao estrangeiro.

Sublinhou a importância da economia do mar para Portugal, referindo o seu potencial económico e as ferramentas de estratégia disponíveis. Referiu também a responsabilidade de Portugal sobre uma grande parte da região atlântica, maior ainda que a atribuída na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, dada a missão atribuída de vigilância e intervenção numa área (Região de Busca e Salvamento) de responsabilidade de operações SAR (Search and Rescue), com 5,7 milhões de km².

6. AÇÃO DE CAPACITAÇÃO

Competir na Economia Azul

(vídeo 5:31:40 – 8:13:40 | 2 horas e 45 minutos)

A Jornada COMPETIR incluiu a realização de uma ação de capacitação, dedicada ao tema “Competir na Economia Azul”. A sessão foi apresentada por Álvaro Sardinha e teve a duração de 2 horas e 45 minutos, incluindo um intervalo de 20 minutos para coffee break e networking.

No âmbito desta ação de capacitação foi transmitida informação, conhecimento e ferramentas úteis para aplicação no desenvolvimento da economia azul, tendo sido abordadas definições, desafios, oportunidades e vários casos concretos de inovação e de boas práticas a nível global.

Os conteúdos apresentados foram agrupados em quatro tópicos principais, sendo cada um deles desenvolvido através de quatro subtemas, de acordo com o programa que se apresenta de seguida.

Conteúdo Programático

01 | ECONOMIA AZUL 3.0

- . O que é a economia azul
- . Atividades tradicionais e emergentes
- . Digitalização e descarbonização
- . Inovação e oportunidades

02 | CRESCER COM A ECONOMIA AZUL

- . Fundamentos estratégicos
- . Impulsionadores de crescimento
- . Investimento sustentável ESG e taxonomia EU
- . Linhas de financiamento

03 | ESTRATÉGIA E AÇÃO

- . Gestão e benchmarking
- . Liderança eficaz e comunicação estratégica
- . Pessoas e carreiras profissionais
- . Centro de inteligência azul

04 | CRIAR O FUTURO

- . Indústria marítima e conversão naval
- . Componentes digitais e fabricação aditiva
- . Produção de alimentos em laboratório
- . Energia renovável marítima e hidrogénio verde

7. ANÁLISE DO EVENTO E CONCLUSÕES

A Jornada COMPETIR na Economia do Mar revelou-se um evento de enorme sucesso e riqueza de partilha de conhecimentos, experiências e de contactos. Todos os contributos foram valiosos e contribuíram para o enriquecimento e motivação de todos os participantes, tendo sido efetivamente promovido o desenvolvimento da economia do mar na região.

A organização do evento foi exigente, mobilizando uma vasta equipa de pessoas. O seu trabalho foi, como é normal, invisível para a maior parte dos participantes, mas percebido pelos mais atentos. Na opinião generalizada, o evento correu bem e ultrapassou mesmo expectativas, sendo de destacar os seguintes pontos positivos:

1. O valor e transparência da informação apresentada pelos oradores, com partilha de informação valiosa e útil;
2. Os contactos realizados no âmbito dos espaços de *networking*;
3. A aproximação entre entidades e organizações presentes;
4. A perceção generalizada de que existem desafios e oportunidades na economia azul, para pequenas, médias e grandes empresas;
5. A perceção da disponibilidade de apoios financeiros ao investimento na economia do mar sustentável.

Merece particular destaque a análise da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da CIM Região de Coimbra no período 2021-2027, publicada em abril de 2021.

Este documento apresenta, entre outros, uma Área Estruturante designada por “CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS INTELIGENTE – Transformação empresarial inovadora e inteligente”, a qual desenvolve um Eixo de atuação dedicado à Economia do Mar na Região.

Pela sua importância e alinhamento com o projeto INOVSEA, apresenta-se de seguida um excerto do desenvolvimento do referido Eixo de atuação, nas diferentes fileiras da economia do mar consideradas. Este conteúdo parcial não dispensa a leitura integral do documento estratégico.

Área Estruturante: CIM REGIÃO DE COIMBRA MAIS INTELIGENTE

Transformação empresarial inovadora e inteligente

Eixo de atuação: ECONOMIA DO MAR

Concretizar o potencial da economia do mar, promovendo as fileiras da pesca, aquicultura e indústria do pescado; dos transportes marítimos, portos e logística; da construção, manutenção e reparação naval e da fileira do turismo e lazer ligado ao mar.

Ações estratégicas: Concretização do potencial da economia do mar

- Preservação do mar e dos ecossistemas associados;
- Renovação dos modelos de negócio empresariais, especial ao nível das atividades económicas consolidadas, como a pesca e o turismo costeiro;
- Incentivos à transferência e valorização de conhecimento em áreas de elevado valor acrescentado ligadas ao mar (ex. produção de eólicas offshore, biotecnologia azul, algas, ...);
- Investimento em infraestruturas que potenciem as atividades consolidadas e fomentem as atividades emergentes ligadas a esta economia;
- Aposta em modelos de negócio assentes na lógica da economia circular, com base em modelos de análise de ciclo de vida de produtos (desde a extração do mar da matéria-prima, até à sua transformação, passando pela redução do consumo, reutilização e reciclagem do produto final);
- Criação de incentivos diretos ao empreendedorismo de base tecnológica, através do incremento de startups e projetos inovadores na economia azul circular.

Ações estratégicas: Fileira da pesca, aquicultura e indústria do pescado

- Valorização, capacitação e modernização da frota pesqueira;
- Investimento na criação de novas e mais modernas unidades produtivas de aquicultura e processamento industrial de pescado;
- Promoção dos circuitos curtos de comercialização de pescado, de proximidade, privilegiando o acesso direto do consumidor;
- Aposta no reforço e capacitação para a utilização de artes de pesca seletivas e biodegradáveis;
- Incentivo à valorização de produtos e coprodutos resultantes da pesca e da aquicultura, promovendo a circularidade, a eficiência e valorização dos subprodutos, bem como a certificação da sua sustentabilidade.

Ações estratégicas: Fileira dos transportes marítimos, portos e logística

- Modernização e especialização do porto de mar, de acordo com o seu *hinterland*;
- Posicionamento do porto de mar como plataforma de aceleração tecnológica para as novas indústrias do mar (energias renováveis oceânicas, plataformas oceânicas multiuso, navios especializados, aquacultura offshore, startups do mar);
- Promoção do know-how necessário ao desenvolvimento das atividades marítimo-portuárias – ensino e formação profissional especializado e certificado.

Ações estratégicas: Fileira da construção, manutenção e reparação naval

- Condições para a modernização, reconversão e criação de estaleiros para novas atividades como serviços de manutenção de embarcações de recreio;
- Especialização e integração em rede de estaleiros nacionais para maior aproveitamento da capacidade instalada, apoio à especialização setorial e repartição de encomendas;
- Apoio às empresas para investimento em I&I (Investigação & Inovação) e para a qualificação da mão-de-obra, no contexto dos novos desafios da indústria naval europeia (digitalização do transporte marítimo, automação, novos materiais, maiores

requisitos regulamentares e necessidades de aumento da eficiência operacional, devido a fatores de âmbito ambiental energético, entre outros).

Ações estratégicas: Fileira do turismo e lazer ligado ao mar

- Qualificação e inovação da oferta, capacitação dos agentes turísticos e capitalização sustentável dos ativos naturais, culturais e patrimoniais das zonas costeiras, criando sinergias com o restante território e promovendo a circularidade das atividades;
- Diversificação dos produtos turísticos e desenvolvimento de mercados de nicho, tais como a dinamização de rotas e de experiências em torno do mar e das atividades náuticas;
- Dinamização de infraestruturas e serviços de apoio, em especial para potenciar o turismo náutico (náutica de recreio, surf e outros desportos e atividades de mar/praias), bem como a melhoria dos mecanismos de suporte a esse tipo de turismo nas praias nas praias da Figueira da Foz, de Mira e da Tocha (Cantanhede), por exemplo, ampliando os objetivos do projeto “Surf no Crowd”.

8. AVALIAÇÃO DO EVENTO

PARTICIPAÇÃO

Inscrições: Registou-se a inscrição de 143 pessoas na Jornada COMPETIR, 51 em formato presencial e 92 em formato online.

Participações efetivas: Participaram no evento 67 pessoas, 34 em formato presencial e 33 em formato online, tendo-se registado picos de audiência de 39 visualizações.

AVALIAÇÃO

No final do evento foi enviado um questionário de satisfação *online* tendo sido recolhidas 19 respostas com a avaliação que se apresenta de seguida:

No global, estas jornadas corresponderam às suas expectativas?	Sim	Não	Parcialmente
	84%	0%	16%

À pergunta sobre se saíram da Jornada com vontade de introduzir processos de inovação nas organizações, obteve-se os seguintes dados

Após a participação neste evento pondera vir a introduzir processos de inovação na sua empresa?	SIM	NÃO	TALVEZ
	68%	0,00%	32%

Nos restantes itens a avaliar, os participantes atribuíram sempre “Bom” ou “Muito Bom” e “Excelente” a todos.

Item a avaliar	Fraco	Razoável	Bom	Muito Bom	Excelente
Como avalia a divulgação e organização destas jornadas?	0,00%	0,00%	15%	53%	32%
Como avalia a qualidade das intervenções?	0,00%	0,00%	21%	37%	42%
Como avalia a as informações, ferramentas e metodologias disponibilizadas durante estas jornadas?	0,00%	0,00%	21%	37%	42%

No item “Teria interesse em receber mais informações sobre o projeto Inovsea?” todos os respondentes afirmaram que SIM.

9. FOTOGRAFIAS DO EVENTO









